

ATA DA 49ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
– COEMA, REALIZADA EM 29 DE
AGOSTO DE 2013.

Aos 29 dias do mês de AGOSTO de dois mil e treze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 49ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – **COEMA**, sob a presidência do **DR. JOSÉ ALBERTO COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA COLARES** representante da SESP, **ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG/AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **ROSA KEILA SOUSA DE SOUSA** representante da FAEPA, **JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA** representante da OAB, **DAVID ARAÚJO LEAL** representante da SEICOM, **NILTON GURJÃO DAS CHAGAS** representante do Ministério Público do Estado do Pará e como *convidados*: *Lúcia Francisca Porpino* - DILAP/SEMA, além de representantes da CIANPORT e Geinfra. Dando início à 49ª Reunião Ordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Secretário Executivo do COEMA: **I- Abertura: Dr. JOSÉ ALBERTO COLARES**: Boa tarde! Nós temos uma pauta extensa, e nós vamos ter que ser o mais objetivo possível para dar tempo da gente ver o que a gente ver o que a gente propôs para a pauta hoje. E tem duas apresentações hoje, uma relacionada à apreciação da CIANPORT lá no porto de Miritituba e já foi previamente apresentada os conselheiros como é a norma da gente fazer aqui, é a outra é uma apresentação previa que a gente aproveitou a reunião do conselho para apresentação do projeto Votorantin Rondon do Pará que já esta com o parecer técnico já definido, pronto para apreciação do COEMA, e a ideia e fazermos uma apresentação para todos antes que a gente encaminhe para uma próxima reunião, que a gente pode fazer uma reunião extraordinária para apreciação do projeto Votorantim. Sendo assim vocês me permitem bem na ordem aqui seria a leitura da ATA, aprovação de plenário da resolução de Ad Referendum oitenta e cinco oitenta e seis , oitenta e oito e noventa e sete que vamos deixar para depois, já que pode suscitar discussões hoje aqui, e vamos deixar esse item para depois se não for se estender muito a gente faz outra reunião e a gente volta apreciar novamente essa solicitação da DILAP com relação à modificação da resolução oitenta e cinco oitenta e oito e noventa e sete . Eu quero inicialmente firmar aqui a presença dos novos conselheiros, em primeiro lugar o da SEICOM que entrou em substituição da SECTI, que foi um acordo feito entre os órgãos, seria muito mais apropriado hoje, já que a SEICOM é que coordena a política de desenvolvimento da indústria e comercio de mineração, e a SECTI se resumiu a ciência e tecnologia, então os novos conselheiros são: o Secretário David Leal e como suplente o coordenador técnico Marcelo Santos Teixeira, a OAB a solicitação de modificação do representante do conselho José Carlos lima da Costa que é o titular e o Afonso Arinos de Almeida Lins de Filho, o suplente. A OAB o Zé Carlos esta aqui atrás e ex- Secretário de Meio Ambiente do Município de Belém e coordenador da função ambiental da OAB, no Ministério Público

50 Nilton Gurjão das Chagas e a Doutora Eliane Cristina Pinto Moraes que é
51 suplente, e os servidores da SEMA que é o Wellington e como suplente o
52 Carrera eles já faziam parte , eles só trocaram, inverteram o que era titular virou
53 suplente , e o suplente virou titular, e a FAEPA, SAGRI também só houve a
54 inversão. Tanto OAB quanto o Ministério Público tinham feito aqui uma
55 representação no COEMA para se discutir a base do licenciamento da S11D
56 aqui, a gente deixa essa questão para depois para a gente discutir, com a
57 presença da SAGRI a Doutora Eliana Zacca e da FIEPA a Keila. Nessa questão,
58 então nós vamos ajustar só a pauta, a gente faz a apresentação da ATA para
59 possíveis correções da ATA anterior da reunião, e em seguida a gente faz a
60 apreciação do projeto da CIANPORT e depois a apresentação prévia do projeto
61 Votorantim para voltar a nossa pauta original com relação à apreciação do
62 documento da OAB e a resolução oitenta e cinco, oitenta e oito e oitenta e nove.
63 Eu quero também abordar um assunto muito importante para nós e que não
64 deixa o Secretário de Estado de Meio Ambiente dormir esta relacionado ao
65 nosso propósito de discutir com o COEMA o aumento do porte local de
66 autonomia municipal, como vocês sabem o que define o porte local para o
67 licenciamento do município com habilitação plena e a lei 7379 que precisamente
68 a resolução 079, então isso tem ocasionado muitos problemas para a SEMA e é
69 uma das âncoras da irracional concentração da gestão ambiental do estado ,
70 tudo vem para o Secretário de Meio Ambiente licenciar, um posto de gasolina de
71 cem mil litros a um cemitério acima de um hectare , a um conjunto habitacional
72 acima de um hectare é irracional um município como Belém que tem um milhão
73 e quatrocentos mil habitantes tenha esse tipo de limitação tendo autonomia para
74 licenciar isso, isso tem trazido problemas exagerados para a SEMA , então eu
75 queria depois fazer uma reflexão para os senhores e a gente está possibilitando
76 uma minuta para aumentar o porte do município para desconcentrar a gestão
77 ambiental , de maneira que a SEMA se limite a projetos de autocomplexidade e
78 um município que tenha sua autonomia possa de fato a gente exercer a
79 operação da descentralização da gestão ambiental, claro garantir em regras
80 básicas e estruturação básica do município. Uma Secretaria Municipal não é
81 colocar uma placa, uma porta e um técnico, nós temos que ter uma estrutura
82 básica enquanto município para que de fato ocorra a descentralização, mas
83 precisa dar autonomia para o município exercer a sua competência e o seu
84 empoderamento na autonomia de fazer a gestão ambiental, mas isso eu queria
85 colocar depois para os senhores. Para iniciar nossas atividades colocamos em
86 discussão alguma alteração possível na ATA da ultima reunião do COEMA, tem
87 algum esclarecimento? Edna? Lucia? Com relação à ATA da ultima reunião tem
88 alguma alteração, correção a fazer? Então aprovado a ATA da ultima. Eu quero
89 então em seguida fazer a apreciação do voto da câmara técnica com relação ao
90 projeto CIANPORT lá em Miritituba, o projeto já foi apresentado para os
91 senhores em outra oportunidade. **Dr. Moura:** Boa tarde! A nossa análise do
92 projeto, a primeira parte são considerações digamos históricas sobre o projeto
93 para análise, nós vamos passar direto para a leitura do parecer, eu vou pedir
94 licença para fazer alguns esclarecimentos a respeito de alguns pontos que foram
95 colocados aqui “então com base na análise dos documentos apresentados pela
96 empresa CIANPORT (companhia norte de navegação e portos) respaldados
97 pelos pareceres técnicos e jurídicos emitidos pela equipe da SEMA ,
98 considerando pertinente o preito do processo em questão sobre qual tecemos os
99 seguintes comentários: sugere-se como forma de prevenir ou preparar o sistema

100 de infraestrutura social e de segurança pública para o atendimento efetivo frente
101 aos agravos prevalente na região de forma acordada entre empreendedor
102 estado e município integrando o planejamento conjunto e a parceria de
103 investimentos propostos para a região , a integrar o projeto de investimento
104 sociais e infraestrutura público/privado a ser executado em parceria com o
105 estado e município a associação dos terminais portuários de uso privativo e das
106 estações de transbordo de cargas da hidrovía Tapajós (ATAP) ,visando atender
107 preventivamente o incremento da demanda de infraestrutura e política pública
108 decorrente do impacto atrativo da implantação dos empreendimentos portuários
109 do município, tendo como fidelidade a elaboração do plano diretor e ocupação
110 da área e do impacto diretos dos empreendimentos na localidade de Miritituba e
111 da sede municipal de Itaituba”. Eu vou me permitir só para ilustrar esse ponto foi
112 apresentado pelo Deputado Luciano Zica do PT de São Paulo, um projeto de Lei
113 3729 que dispõe sobre o licenciamento ambiental e a uma proposta de
114 substitutiva e que traz dois pontos que são diferentes a este ponto, o artigo sexto
115 parágrafo primeiro: Poderá ser admitido em muito processo de licenciamento
116 ambiental para empreendimentos ou atividades similares e vizinhas aqueles
117 integrantes de plano de desenvolvimento aprovados previamente pela
118 autoridade competente desde que definida a responsabilidade legal pelo
119 conjunto de empreendimentos ou atividades, e como essa nossa parte do
120 parecer, nós queremos nos antecipar a isso, já que a ATAP já está em fase de
121 estudo de projeto de implantação de regulamentação e de regularização, então
122 que isso sirva de base. Então nós queremos nos antecipar a este substitutivo da
123 Lei que regulamenta o licenciamento ambiental para mostrar a importância do
124 estudo de ocupação territorial, principalmente nessa área de Itaituba, Miritituba
125 com o volume grande de projetos instalados e instalar na região e que já podem
126 ser considerada quase obrigatória a participação dentro da ATAP, dentro do
127 setor de Estação de Cargas e Transbordo. O parágrafo segundo ainda diz:
128 Poderão ser submetidos a procedimentos diferenciados de licenciamento
129 ambiental, empreendimentos e atividades situados na mesma área de influência
130 direta e em condições similares a de outros já licenciados, também no caso de
131 ser estabelecida uma associação para Barcarena também, isso facilitaria muito o
132 trabalho da SEMA, do COEMA na análise dos pareceres técnicos jurídicos.
133 “Sugere-se ainda, considerando que as operações de transporte de carga,
134 descarga e a navegação serão majoritariamente no interior da malha hidroviária
135 paraense, o empreendimento, então terá que apoiar o desenvolvimento do pólo
136 naval do estado do Pará em vista da geração de empregos, Internalização de
137 riqueza, geração de tecnologia e inovação e redução das desigualdades
138 regionais”. Isso é fundamental também o apoio ao programa de parceria da
139 SEICOM, FIEPA e Governo do estado de um modo geral e a indústria específica
140 do desenvolvimento da indústria naval nos seguintes pontos: apoiar o
141 desenvolvimento do caso naval do estado do Pará nos seguintes pontos:
142 Realizar as compras das barcas, empurradores em estaleiros com matriz no
143 estado do Pará, realizar compras locais de combustíveis e serviços, desenvolver
144 e apoiar iniciativas de pesquisa de desenvolvimento nas instituições do estado
145 do Pará, assinar o protocolo de intenções do plano estadual e atração de novos
146 negócios junto a Secretaria de estado e Indústria de Comércio e Mineração,
147 apresentar cartas do sindicato da construção naval do estado do Pará-
148 SINCONAPA, com as ofertas dos estaleiros com matriz no estado do Pará não
149 atendam comprovadamente as exigências técnicas e comerciais para as

150 barcaças e empurradores. Sugere - se conforme potencializar o programa de
151 ações de aquisição de insumos em Miritituba-Itaituba e o programa de seleção
152 de capitação de mão de obra local e as seguintes considerações: O
153 empreendedor deverá ser responsável direto do programa de seleção,
154 independentemente de fazer parte no programa maior da associação, e
155 programa de seleção e capacitação de mão de obra local e garantir em
156 cláusulas contratuais que as empreiteiras e subempreiteiras cumpram o que
157 estabeleceram, o empreendedor deverá garantir um programa de ações e
158 aquisições de insumos em Miritituba e Itaituba que as terceirizadas do
159 empreendimento não venham deixar dívidas no comércio local, é um problema
160 sério que aconteceu. Com relação à área de saúde, consideramos que os
161 principais impactos decorrentes desse empreendimento que podem ter efeitos
162 nocivos a saúde da população das áreas diretamente afetadas pelo mesmo,
163 estão relacionados com a contaminação do solo, da água ou vinculados ao
164 processo de trabalho, considerando os programas mitigadores propostos na
165 comunidade das análises e conclusões com parecer técnico da SEMA , isto é,
166 com os programas elencados no parecer técnico da SEMA , viemos recomendar
167 os referidos programas sejam objeto de análises regulares realizadas
168 conjuntamente entre o empreendedor e a Secretaria estadual de saúde do Pará
169 e municipal de saúde de Itaituba , onde se avaliarão os possíveis efeitos
170 epidemiológicos morbidade e mortalidade decorrentes desse risco , dessa forma
171 as fontes de dados a serem utilizados serão: sistema de informação de
172 mortalidade (SIM), sistema de informação hospitalares (SIH), sistema de
173 informação equatoriais (SIE), sistema de informação de agravos de notificação
174 (SIAN). A partir do resultado de cada análise caso constatada as alterações
175 epidemiológicas nas series históricas levantadas e que ambas tenham relação e
176 ponham em risco decorrente da epidemialização do empreendimento que haja
177 uma habitação entre os entes públicos e as empresas no sentido de proposição
178 mitigadora sobre os problemas detectados, com definição de responsabilidade
179 sobre o financiamento, e execução das atividades necessárias para serem
180 desenvolvidas para solução dos problemas. Ressalta-se a mudança do
181 empreendimento do município de Miritituba estado do Pará contribuindo para
182 economia local, como processo de desenvolvimento econômico voltado em
183 bases sustentáveis e gerando novas oportunidades na região. Por fim essa
184 câmara técnica endossa os pareceres técnicos e jurídicos e o EIA/ RIMA
185 apresentado pela empresa CIANPORT (Companhia Norte de Navegação e
186 Porte) atende os itens relacionados aos requisitos técnicos e legais a legislação
187 vigente, considerando as observações apontadas em cada um dos pareceres e
188 as considerações desta câmara técnica. Senhor presidente, senhores
189 conselheiros a câmara técnica permanente de projetos industriais e
190 infraestrutura após a análise do empreito do projeto da CIANPORT e considera o
191 empreendimento de relevância para o desenvolvimento econômico do estado do
192 Pará, podendo ser sustentado no ponto de vista social e ambiental, desde que a
193 empresa cumpra as observações estabelecidas nos pareceres da SEMA , a
194 câmara técnica se manifesta então favorável da licença ambiental prévia
195 preiteada a empresa CIANPORT , a câmara técnica , assina os componentes da
196 câmara técnica. **Dr. Colares:** Vamos colocar o voto da câmara a disposição para
197 comentário, complementação, questionamento, por favor, aberto. **Dr. José**
198 **Carlos:** Neste momento esta em discussão todo o processo, parecer técnico?
199 Só o parecer da Câmara Técnica ou todo o processo? **Dr. Colares:** É pode

200 suscitar o questionamento de todo processo, em principio é o voto que já esta
201 posto ai pela câmara. **Dr. José Carlos:** Eu tenho o parecer técnico, o parecer
202 jurídico e tenho o voto da câmara técnica, esses três são da apreciação é isso?
203 **Dr. Colares:** O da apreciação é o voto. **Dr. Moura:** Só para esclarecer esses
204 pareceres técnicos e jurídicos foram encaminhados para os conselheiros como
205 analise prévia, e nós realizamos uma reunião prévia junto à câmara técnica para
206 que fossem levantados esses problemas possíveis, e nada foi levantado, então
207 eu acredito que não esteja aberta agora a discussão dos pareceres técnicos e
208 jurídicos da SEMA , e sim o voto , se houver algum problema quanto ao parecer
209 ai sim se discutiria quais os pontos que fizeram essa discrepância. **Dr. José**
210 **Carlos:** Eu queria levantar então o seguinte, eu queria fazer uma avaliação
211 geral. Minha compreensão jurídica é que o processo de licenciamento ele é
212 competência comum artigo vinte e três da constituição Federal, então eu analisei
213 toda essa situação e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente trata o município
214 de Itaituba fora do processo , como se fosse à associação dos garimpeiros ou
215 associação de alguém que participou das audiências , se você tem um projeto
216 que vai ter impacto completamente municipal, tem que integrar todas para
217 participar de todo o processo, então eu queria fazer as observações, então eu
218 considero assim quando a união vem fazer licenciamento aqui ela deixe de fora
219 o estado do Pará , eu também não considero que o estado do Pará possa fazer
220 um licenciamento dentro de um município sem deixar de chamar a participação e
221 a colaboração porque é isso que diz a constituição Federal e é competência
222 comum , então temos que ter a cooperação, a segunda é com relação ao
223 seguinte, eu li e apreciei todo o processo pelo menos no que eu tive acesso, nós
224 temos aqui se você analisar em determinada área do parecer técnico para dizer
225 o seguinte: na fase de operação, plantação e construção civil nós vamos ter
226 sessenta operários trabalhando , mas na fase de operação nós vamos ter
227 sessenta direto, trinta indireto e mais sessenta afetados chamados lá , e nem um
228 momento se coloca claro que vamos ter quinhentos caminhões dia , numa área
229 de oito quilômetros ou dez quilômetros, onde se diz que vai fazer dois
230 superpostões, nós vamos ter dois superpostões onde esses caminhões vão
231 parar e por ordem vão até a entrada do porto para poder ser admitido caso a
232 carga esteja correta, se a carga não tiver correta ele vai voltar dali e a gente não
233 sabe o que vai acontecer com ele na volta, vai voltar dali da porta. Então nesses
234 dois superpostões nós vamos ter quinhentos caminhões dia estarão participando
235 de uma espera, então não podemos dizer aqui que nós temos sessenta na
236 operação, nós temos sessenta na operação, lá dentro do porto nós temos mais
237 trinta das indiretas segundo a avaliação e nós temos mais quinhentos motoristas
238 de caminhão pelo menos, e além desses quinhentos motoristas de caminhão
239 pelo menos e além desses quinhentos motoristas que vão ter toda uma
240 infraestrutura eles devem compactar três pessoas por motoristas ou duas
241 pessoas por motoristas ou mais para essa infraestrutura que vai ter nesse lugar.
242 Então esses dois superpostões fazem parte do processo, sem eles é impossível
243 ter essa retaguarda de porto, então eles precisam está aqui no procedimento,
244 sem eles eu não tenho como apreciar. A terceira questão é o seguinte, nós
245 temos ai o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, então pela avaliação
246 feita pelo estudo ambiental pedir claramente, por isso que eu digo que a
247 prefeitura não pode está apartada disso, se diz claramente lá o seguinte, que a
248 prefeitura de Itaituba a gente gera lá novecentos e oitenta toneladas de lixo mês,
249 e diz lá claramente no estudo que todo esse lixo é jogado no lixão, não tem

250 aterro sanitário e nem destinação correta em Itaituba, e diz também lá que o lixo
251 hospitalar do município de Itaituba, eu peço até que o COEMA envie para as
252 autoridades competentes esse trecho do parecer que diz que o elemento é o
253 seguinte: “que no hospital se queima o lixo atrás do hospital” esta escrita no
254 parecer técnico, eu sentir isso como algo importante, ele diz que a comunidade
255 de Itaituba não sabe o que é feito com o lixo industrial, mas quando a gente
256 verifica no parecer e no próprio parecer da câmara técnica a gente trata o
257 programa de gestão de resíduos sólidos como algo genérico, não tem
258 claramente colocado qual é o destino final nem da fase de construção que a
259 gente esta atribuindo as empreiteiras que vão ser contratadas pelo
260 empreendedor, e nem a gente dimensionou qual a quantidade de resíduos de
261 fato que vão ser gerados nesse procedimento, e qual é o destino adequado,
262 fazer isso isolado da prefeitura de Itaituba me parece ser gasto recurso, me
263 parece que se a gente fizesse integrado seria bom para todo mundo, seria bom
264 para o empreendedor e para comunidade local lá, então essas são algumas
265 observações que eu faço, eu não vou entrar na questão de segurança pública
266 porque nós temos quatro delegados para cinco municípios de Itaituba que é uma
267 questão bem mais grave , porque se você vai ter quinhentos motoristas
268 diariamente parados em dois superpostões você sabe que isso vai ter impacto
269 na segurança publica , até para dar segurança para esses próprios motoristas .
270 Então eu queria fazer essas observações aqui para que nós pudéssemos fazer,
271 não sei qual encaminhamento para avaliar o projeto. **Dr. Colares:** José Carlos,
272 muito bom que você demonstre que esta sinalizado com a condição desse
273 debate e condições desses projetos em Mirituba. Em primeiro lugar com relação
274 à participação da prefeitura, ela esta inteiramente interada desses projetos, não
275 só de todas as empresas, nós temos tido reuniões quase intensivas, temos
276 audiências publicas da qual participa toda a sociedade civil, audiência publica
277 inclusive na câmara dos vereadores e do corpo legislativo local tem havido uma
278 participação intensa, e a prefeitura tem acompanhado esse processo, foi por
279 conta dessa participação da prefeitura que chegamos à conclusão da
280 necessidade desses empreendimentos formarem uma associação que é a ATAP
281 que responde e acompanhe esse processo de licenciamento e passou a ser o
282 canal de interação entre a prefeitura local e as empresas, até por exigências da
283 Secretária de Estado de Meio Ambiente e pelas primeiras discussões que já
284 tivemos aqui no COEMA desde a aprovação do projeto RIOTURIA e do projeto
285 da HIDROVIAS DO BRASIL , e naturalmente a CIANPORT , CARGIL , e outros
286 projetos que de lá vieram. Então é por conta da participação da prefeitura
287 também, que nós estabelecemos como regra para todos essa discussão de um
288 programa publico/privado a participação dos investimentos dos empreendedores
289 e infraestrutura prévia que dê conta ao município aos impactos atrativos
290 decorrentes, e ai não só esta incluído investimentos relacionado a saúde, porque
291 o estado inclusive esta com um projeto lá já aprovado, e já aprovado pela SEMA
292 que é o hospital regional , de uma unidade integrada de segurança pública e de
293 corpo de bombeiro, mas também outros projetos que já foram objetos de
294 discussão aqui , que vai inclusive , o aterro sanitário , abastecimento d’água
295 ,rebaixamento de energia , área de acesso , terminais de suporte de fora de
296 Miritituba para recebimento de caminhões , e inclusive , um programa de apoio,
297 treinamento e formação diversificada de mão de obra , porque esses
298 empreendimentos , e essa é uma questão importante , nós estamos aprovando a
299 cadeia de negocio decorrente a implantação de sistema integrado de logística

300 rodoviário, hidroviário e a gente precisa diversificar e preparar essa mão de obra
301 que vai desde o frentista , fornecedores de vassoura, restaurante até a
302 manutenção de motores marítimos e a indústria naval e aliás é muito apropriado
303 a indicação da Câmara Técnica com relação ao comprometimento dos
304 empreendimentos com a indústria naval paraense o que na outra reunião
305 suscitou-se a discussão aqui de que empresas estavam contratando indústria
306 naval do Amazonas para fazer os seus comboios de balsa, portanto, não é só os
307 quinhentos operários, não é só isso, são os frentistas, motoristas de caminhões
308 e a preocupação nossa está relacionada muito mais além, é com o centro de
309 apoio com relação a esses caminhões vindo do Mato Grosso e não vão ficar
310 vinte e quatro horas no ar, têm que para em algum trecho da estrada da BR um
311 meia três é o caso de lá do Castelo dos Sonhos, o Moraes de Almeida, o Novo
312 Progresso, o Trairão até chegar a Miritituba. Então essa preocupação, quando a
313 Câmara está exigindo como condicionante esse programa público-privado estará
314 sendo feito sob coordenação da Associação, esta incluída ai vários
315 investimentos que envolvem formação de mão de obra, o acesso, rebaixamento
316 de energia, aterro sanitário, Centro de Treinamento e Formação de Mão de
317 Obra, escola, Posto de Saúde e também relacionado ao suporte com relação ao
318 abastecimento d'água que nós estamos chamando de agenda mínima, porque
319 essa agenda vai ser discutida diretamente com prefeitura local. É a prefeitura
320 local que está estabelecendo essa agenda com a Associação. Nós ficamos aqui,
321 eu como Secretário de Meio Ambiente estou dizendo a todos eles: "só vamos
322 licenciar da licença de operação se estiver acordado previamente esses
323 investimentos e quanto às instalações paralelo aos investimentos de instalação
324 fazer esse investimento com relação ao apoio e o infraestrutural preventivo para
325 mitigar os impactos atrativos dos empreendimentos. Então eu te garanto que
326 nesse sentido a prefeitura tem plena participação e com relação aos resíduos
327 sólidos colocados eu acho que é importante que a equipe da CIANPORT aqui
328 que fez o EIA/RIMA faça alguns esclarecimentos com relação à associação do
329 resíduo, do lixo industrial para ter maior esclarecimento para ti, mas isso nós
330 estamos atento para todos. **Dr. Felipe Lavorato:** Boa tarde a todos, Felipe
331 Lavorato, coordenador do estudo de impacto ambiental da empresa CIANPOT,
332 diretor da empresa Ambientare Soluções Ambientais. Em continuidade ao que o
333 secretário falou, o município teve uma participação ativa e está muito ativo neste
334 processo desde o início, desde que se iniciaram essas Estações e Transbordo
335 de Cargas em discussão no município de Itaituba já foram realizadas três
336 audiências públicas no município dentre outras diversas reuniões técnicas e hoje
337 a ATAP está constituindo junto com o estado do Pará e com o município um
338 grupo de trabalho para a implantação dessas ações relacionadas ao Plano de
339 Controle Ambiental Integrado e ao Plano Diretor do município. No que diz
340 respeito especificamente à questão do lixo é fato que hoje é uma das principais
341 dentre outras fragilidades do município a gestão dos resíduos sólidos. O
342 município não tem capacidade de gerir os seus resíduos muito menos os
343 resíduos advindos desses empreendimentos, por isso que dentro do estudo de
344 impacto ambiental é proposto um plano de gerenciamento de resíduos sólidos
345 específico para tratar os resíduos dos empreendimentos e adicionalmente dentro
346 do contexto do plano diretor que vem como uma medida compensatória da
347 Associação dos Terminais desenvolver o planejamento e a capacidade do
348 suporte do município para receber esses projetos, então que se pretende
349 através do programa de gestão dos resíduos sólidos previsto agora no PCA

350 Integrado que já está protocolado na SEMA em via análise que é onde se dá o
351 detalhamento do escopo desses programas ambientais, o EIA/RIMA de fato, os
352 programas analisados que originaram nesse parecer têm as suas diretrizes
353 gerais que são, por sinal, muito bem detalhados através do PCA, esse PCA dá o
354 detalhamento das ações que deverão ser tomadas e prevê a gestão conjunta
355 dos resíduos por todas essas empresas. Dentro do plano diretor o que se prevê é
356 o desenvolvimento de um estudo básico e projeto para o desenvolvimento do
357 aterro sanitário de Itaituba e associado a isso a ATAP, através de nós que
358 também estamos coordenando nesse PCA Integrado, nos associaremos a
359 prefeitura para viabilizar a implantação desse aterro sobre esse termo
360 específico. Assim como o plano diretor que tem uma amplitude muito grande
361 como colocou o Secretário trata de todas as fragilidades do município que são
362 reais os estudos nossos, nós já fizemos vários estudos em Itaituba apontam
363 isso, as fragilidades ocorrem na área de segurança pública, na área de saúde, e
364 na área de energia que era outro problema, no abastecimento de água
365 saneamento, enfim, é um município que hoje não está preparado de fato para
366 receber todos os investimentos, não só nesses termos, mas nisso tudo que está
367 acontecendo com a região, e é exatamente certo disso que os empresários
368 todos envolvidos, as empresas envolvidas nesse processo constituíram essa
369 associação e estão desenvolvendo esses projetos e estudos visando até que se
370 chegue à fase de operação desses projetos, que tudo isso esteja consolidado e
371 dando suporte a esses empreendimentos, a exemplo da citação a respeito dos
372 caminhoneiros, de fato o estudo da CIANPORT prevê quinhentos caminhões
373 dia, a totalidade desses empreendimentos prevê algo em torno de dois mil e
374 quinhentos caminhões dia no município, então isso é uma preocupação real em
375 todos os estudos amplamente discutido com a SEMA que inicialmente foi dado
376 solução para o licenciamento desse superposto no município, a SEMA tirou isso
377 do município e exigiu como condicionante das licenças de operação desses
378 empreendimentos, ou seja, esses licenciamentos já licenciados somente
379 poderão operar no município mediante o licenciamento ambiental pela SEMA
380 integrado a tudo que está se falando sobre essas Estações de Transbordo de
381 Carga pelo estado, implantação desses postos para dar suporte e garantir a
382 mitigação dos impactos relacionados a esses caminhoneiros. Então para dar
383 suporte a todos esses pontos levantados pelos senhores, as preocupações são
384 todas muito pertinentes, reais levantadas pelo estudo como mostra o parecer e
385 estão todas sendo tratadas através das ações de controle ambiental associadas
386 entre um plano de controle ambiental integrado apresentado por nós em análise
387 pela SEMA para aprovação e implantação; um plano diretor do distrito de
388 Miritituba; e atualização do plano diretor de Itaituba; e a agenda mínima citada
389 pelo Secretário que prevê os investimentos específicos na área de infraestrutura
390 do município. **Sr. Kleber Menezes:** Boa tarde a todos! Eu peço desculpas, eu
391 pedi para falar agora porque inclusive eu estou embarcando para Miritituba, para
392 Itaituba hoje à noite porque teremos a primeira reunião da discussão da agenda
393 mínima com o poder público municipal. Bom, como o secretário falou, eu sou o
394 associado presidente da ATAP Associação dos Terminais e nós temos como
395 grande fomentador dessa Associação à própria SEMA. Foi exatamente na
396 análise, na avaliação de que os impactos não poderiam e nem deveriam ser
397 avaliados individualmente, mas sim sistemicamente, que se constituiu a
398 associação e se está fazendo planejamento integrado de todas as ações de
399 Plano de Controle Ambiental. Eu queria só dar um testemunho e fazer a

400 solicitação final de aprovação pelo COEMA, é porque eu já trabalho na área de
401 infraestrutura aqui do Pará há trinta anos e parafraseando um político de renome
402 nacional, eu acredito que nunca na história desse estado se tratou de forma
403 sistêmica empreendimentos de infraestrutura como hoje está se tratando aqui na
404 SEMA. Nós vivenciamos, fomos, digamos assim, o pioneiro através do
405 empreendimento da RIO TURIA, fomos os pioneiros lá em Miritituba, mas desde
406 a implantação do nosso já se discutia na SEMA que com o advento da
407 pavimentação da Cuiabá-Santarém que ainda faltam muita coisa, ainda faltam
408 quase trezentos quilômetros. O Governo Federal de forma absurda vem
409 reduzindo sistematicamente ano a ano os seus investimentos e a velocidade
410 com que essa obra se desenvolvia, mas imaginávamos que final de dois mil e
411 treze nós já estaríamos com a pavimentação completa até Miritituba, hoje o
412 nosso prognóstico é de que ela não chegará antes de dois mil e quinze, isso é
413 um impacto significativo porque muitos dos investimentos que já se pretendiam
414 estar circulando por aquela região estão sofrendo também uma desaceleração.
415 Lamentavelmente a RIO TURIA e a Bung não pôde fazer isso porque o seu
416 terminal marítimo em Barcarena está quase pronto, devemos inaugurar agora
417 em Outubro, então nós temos que continuar a despeito dessa redução do
418 processo de avanço da pavimentação, nós vamos sim inaugurar nossas
419 operações e ainda que com dificuldades muito sérias de trafegabilidade nós já
420 deveremos estar implantando, mas as discussões que nós temos com relação a
421 essa sistematização, vêm exatamente ao encontro de que durante a avaliação
422 da matriz de impactos nós potencializamos de forma significativa os impactos
423 positivos com a massificação da implementação da mão de obra local, nós
424 temos um orgulho de dizer que hoje Miritituba na sua obra têm quinhentas
425 pessoas trabalhando, dessas quinhentas oitenta e cinco por cento são
426 paraenses e sessenta e três por cento são de Miritituba. E em Barcarena onde
427 nós estamos fazendo o TERFRON, devido já ser um pólo consolidado, nós
428 temos um índice de noventa e três por cento de paraenses trabalhando, nós
429 temos apenas quatro pessoas de fora que são exatamente os gestores do
430 empreendimento. Toda mão de obra é uma mão de obra local principalmente de
431 Barcarena, mas em Itaituba essa variação sistêmica e essa interação com as
432 dificuldades que foram vivenciadas já no primeiro empreendimento com relação
433 à matriz de impactos, nós entendemos que as mitigações são totais em todos os
434 sentidos. Os principais entraves que nós tínhamos eram os riscos de
435 proliferação de pontos de prostituição em função da demanda flutuante dos
436 caminhoneiros, daí nós estamos fazendo os empreendimentos que são os
437 postos de triagens com posto de combustível, com zonas de conforto, com áreas
438 de descanso, com áreas de banheiro com qualidade de atendimento adequado
439 aos profissionais da direção situadas fora da região de antropização de
440 empreendimento, quer dizer, os terminais são agregados ao longo da
441 Transamazônica onde não existe nenhuma população, nenhuma vila, nenhum
442 lugarejo, são pontos remotos, isolados, para os quais está se fazendo
443 investimentos pesados para fazer estacionamento. Cada um deles tem de
444 quinhentas a oitocentas carretas, todas ao longo da Transamazônica. E nesses
445 investimentos a gente está mitigando todos os acessos dos veículos será única
446 e exclusivamente quando houver a chamada via rádio para que não haja o risco
447 de nós temos filas e impactar a malha urbana da vila de Miritituba. Nós estamos
448 junto com o DNIT, já também por uma exigência da SEMA, buscando um acesso
449 expresso ao distrito industrial sem passar pela cidade, um projeto que nós já

450 investimos, estamos investindo sim na questão da agenda mínima porque a
451 gente entende que apesar do estado estar fazendo o seu papel com o Corpo de
452 Bombeiros que vai ser inaugurado; como Hospital regional que está começando;
453 com a unidade de pronto atendimento; com creches, nós entendemos que é
454 papel dos empreendedores também potencializar essas demandas, então nós
455 estamos dentro da agenda mínima discutindo a construção de um sistema de
456 captação e preservação de água; um centro integrado de segurança pública
457 onde o bombeiro, a polícia militar e a polícia civil vão ter suas instalações
458 dos seus equipamentos; uma unidade de pronto atendimento e o fornecimento
459 de um plano de projeto integrado de resíduos sólidos para o município, além
460 disso as ações que já estão em desenvolvimento, amanhã nós estamos
461 assinando o contrato da atualização do plano diretor de Itaituba e a construção
462 do projeto do Distrito Industrial de Miritituba. Então essa visão que a SEMA deu
463 e que os empreendedores com a constituição da ATAP estão acompanhando é
464 exatamente de se analisar todos os riscos, ou seja, minimizar os riscos
465 avaliando sistemicamente, conjuntamente potencializando os impactos positivos
466 e pretendendo minimizar as ervas dos impactos negativos, então essa acho que
467 é um papel que tem sido preponderante, papel pioneiro também do estado do
468 Pará nessa avaliação. Isso eu acho que já tem se potencializado, inclusive na
469 plataforma logística do Guamá que os estudos dos impactos ambientais serão
470 integrados e no Distrito Industrial de Santarenzinho lá no município do Rurópolis
471 que também está sendo feito dessa forma o estudo do impacto também está
472 sendo integrado. Aqui os estudos de impactos ambientais foram individuais, mas
473 o plano de controle está sendo geral. No caso de Santarenzinho inclusive os
474 associados da ATAP estão desde a área do EIA/RIMA já avaliando os
475 empreendimentos de forma conjunta, então da nossa parte a gente entende que
476 nenhum outro Porto que se estabeleceu, nenhum empreendimento de
477 infraestrutura se teve essa visão, eu visitei Vila do Conde há muitos anos e sei
478 dos reclames, inclusive da comunidade da ultima Audiência Pública que nós
479 tivemos isso foi muito bem mapeado que a comunidade reclama que não se tem
480 uma visão sistêmica, eu acho que no caso de Itaituba, nós não temos o direito
481 de errar porque lá nós não tínhamos o empreendimento, nós sabíamos que os
482 empreendimentos viriam, e acho que nós tivemos o tempo suficiente e também
483 por uma felicidade nós não vamos ter esse boom que se imaginava. A RIO
484 TÚRIA deve inaugurar em janeiro de dois mil e quatorze, provavelmente o
485 segundo empreendimento será Hidrovias do Brasil só será inaugurada em dois
486 mil e quinze, e acredito que CIANPORT e CARGIL futuramente sejam
487 empreendimentos para meados de final de dois mil e dezesseis e quem sabe
488 dois mil e dezessete. Então nós vamos ter tempo de avaliar os impactos que não
489 foram identificados, o que não foram mitigados adequadamente e acredito que
490 com a diligência da SEMA qualquer desviou, e qualquer falha que se tenha tanto
491 de avaliação , como de interação a gente possa a vir pontualmente resolver.
492 Então eu peço desculpa por ter tomado a palavra. Mas a nossa solicitação e que
493 o Conselho Estadual de Meio Ambiente aprove esse empreendimento e nós
494 temos certeza absoluta que não é bom só para o Brasil que as pessoas dizem
495 que a cadeia do agronegócio vai desafogar Santos, não é isso, nós já
496 identificamos já colocamos em nossas análises os impactos positivos que a
497 gente traz para o Estado do Pará, tanto na parte tributária como na parte de
498 geração de emprego e renda, nós imaginamos que para cada posto de trabalho
499 colocado dentro desse nosso terminal, nós temos uma condição de gerar três ou

500 quatro dentro da cadeia logística, tanto com postos de combustível, como
501 vulcanizadora de pneus, lojas de autopeças, restaurantes, hotéis enfim. Nós
502 vamos sim, criar uma demanda que pode ser plena e totalmente absorvida pelo
503 comércio e pelos serviços locais, não são equipamentos e nem são demandas
504 de alta complexidade que precisamos trazer profissionais ou empresas de fora
505 do Pará, ou até de fora de Itaituba, esse eu acho que é um mérito que a gente
506 esta tentando construir e a nossa integração com o poder público Municipal
507 Secretário, o senhor é testemunha disso, acho que a prefeita de Itaituba vem
508 quase quinzenalmente aqui prestar conta ao senhor, nós temos sim, temos uma
509 agenda estamos amanhã sentando com ela iniciando um plano diretor, iniciando
510 um plano de controle ambiental e fechando essa nossa agenda mínima, e para
511 finalizar nós hoje já investiu cinco milhões de reais em demandas sócios
512 ambientais, nós puxamos uma linha expressa de energia elétrica e construímos
513 uma subestação na localidade de ponto verde e parceria com a rede Celpa, com
514 investimento de três milhões de reais que tanto vai fazer que essa nossa rede
515 não impacte o município na medida em que nós vamos ter uma oferta e uma
516 linha de transmissão exclusiva para as empresas do distrito industrial, como
517 vamos trazer uma linha de abaixamento para triplicar a oferta da região de
518 Miritituba, já investimos na recuperação das estradas, já investimos nos projetos
519 junto ao DNIT para essa via de acesso independente, então a nossa ideia de
520 que nós montemos um fundo que vai ficar na ordem de dez milhões de reais que
521 vão ser construído nessa agenda mínima entre o poder publico municipal e a
522 fiscalização e o acompanhamento da SEMA , são essas as palavras que nós
523 gostaríamos e os esclarecimentos , agradeço pelo tempo disponibilizado e peço
524 mais uma vez que o nosso empreendimento e o empreendimento do nosso
525 associado CIANPORT seja após discutido ,seja aprovado por esse conselho do
526 COEMA , muito obrigado senhores e muito obrigado secretário. **Dr. Colares:**
527 Algum esclarecimento mais? Algum questionamento? **Dr. José Carlos:** Com
528 relação a esse superposto, porque esse superposto é integrante, não é fora, o
529 superposto onde vão ficar as quinhentas carretas, eles fazem parte desse
530 projeto, então eu não estou aqui pedindo licenciamento de um empreendimento
531 chamado ETC/Miritituba não é isso que nós estamos apreciando aqui? A licença
532 que estamos votando aqui é para esse empreendimento? Não é verdade, então
533 este empreendimento além desse porto, eu não tenho clareza suficiente, eles
534 estão a oito quilômetros, hoje não tem nada lá, mas eles são indutores de um
535 novo processo de ocupação urbana com impactos que vai ter dessas quinhentas
536 pessoas, são quinhentos motoristas, quinhentas carretas dia vão estar lá com o
537 radinho e eles vão ficar esperando a vez dele para entrar no porto, nesse
538 momento eles estão gerando resíduos, estão gerando demanda de serviços uma
539 serie de situação, tem abastecimento de combustível, então esses dois
540 superpostos têm que está integrado a esse processo, não pode esta a parte,
541 primeiro com relação a isso eu queria fazer essa observação, com relação aos
542 resíduos sólidos até agora eu não conseguir saber quanto nós vamos gerar de
543 resíduos no total, e aqui esta dizendo que tecnicamente tem que apresentar uma
544 das condições diz assim: acrescentar o plano geral de gestão de resíduos
545 sólidos, proposta tecnicamente adequada para a destinação final de resíduos,
546 quer dizer que até agora tecnicamente a proposta que vocês apresentaram não
547 é adequada, ou então a DILAP não colocou certo, porque aqui esta dizendo que
548 tem que apresentar uma proposta tecnicamente adequada para o destino final
549 de resíduos, eu não sei o quanto vai gerar aqui e quanto vai gerar nos

550 superpostos, porque lá nos superpostos vai gerar resíduos sólidos também, eu
551 estou falando só da carga, da carga e da movimentação do porto e de lá das
552 duas áreas , quanto vai gerar de resíduos e qual o destino final tecnicamente ,
553 eu preciso ter essa informação. **Dr. Nilton Gurjão:** Só complementando, eu
554 queria saber se o plano diretor chega até o posto, se ele prevê essa
555 concentração populacional ou se o plano diretor já prevê esse crescimento
556 populacional? **Dr. Felipe Lavorato:** Primeiramente, sobre os superpostos
557 específicos como eu citei, inicialmente as empresas que não são diretamente
558 vinculadas aos empreendedores dos terminais portuários que iriam desenvolver
559 esses superpostos como suporte para esses empreendimentos iniciaram um
560 processo de licenciamento isolado dentro do município em função daquele
561 município ter capacidade para esse licenciamento inicialmente dentro do escopo
562 que se acreditava para esse super postos. A SEMA junto com a discussão com
563 equipe técnica que foi debatido sobre esse tema trouxe para ser
564 responsabilidade de licenciar especificamente esses superpostos, então
565 respondendo objetivamente os superpostos eles não estão incluídos dentro do
566 escopo do no nosso EIA/RIMA por não se tratar diretamente do empreendimento
567 Estação de Transbordo de Cargas, mas é um empreendimento de suporte a
568 essas Estações de Transbordo de Cargas que serão licenciadas
569 individualmente, separadamente dentro desse conceito de integração de todos
570 os licenciamentos que estão acontecendo, hoje já existem duas áreas já
571 definidas para esses super postos, e a condição que a SEMA estabeleceu ou
572 imputou a esses empreendimentos para que cheguem a sua etapa de operação,
573 e que esses superpostos estejam devidamente licenciados e avaliados pela
574 mesma equipe técnica que tá licenciando essas estações de transbordo de
575 cargas, ou seja, a equipe técnica, o que eu repleendo desse parecer de tudo
576 que foi discutido é que autoriza-se ou acaba-se a viabilidade ambiental desse
577 empreendimento atestado pelo EIA/RIMA para a implantação da estação de
578 transbordo de carga condicionada a que se processe todos os estudos
579 necessários à viabilização ambiental em conjunto desses superpostos até
580 chegar na fase de operação, porque os investimentos são separados são
581 empreendimentos diferenciados, são empresas separadas que estão fazendo
582 esses investimentos. Sobre especificamente os resíduos sólidos essas estações
583 de transbordo de carga têm uma estrutura relativamente simples, nós estamos
584 falando de alguns silos como grãos, uma área administrativa com sanitários
585 gerando papel de escritório, refeitório, estrutura básica de manutenção. Então os
586 quantitativos de resíduos gerados individualmente são muito poucos. A gente
587 está falando ai de poucos quilos de verdade de resíduos ao dia e até por mês.
588 Resíduos básicos de manutenção: Estopa, óleo queimado de troca de óleo esse
589 tipo de coisa. A ideia dentro do conceito do PCA Integrado é reunir esse volume
590 de resíduos de todas essas empresas para os resíduos perigosos serem
591 destinados de forma conjunta e aqueles resíduos possíveis de serem destinados
592 ao aterro sanitário serão destinados ao aterro sanitário que se pretende
593 implantar em Itaituba. Pensando nesse problema e na incapacidade do
594 município de gerir o seu resíduo é que a ATAP está desenvolvendo, contratando
595 o projeto específico de aterro sanitário do município de Itaituba como medida
596 mitigadora adicional, então esse é o nosso entendimento. O que o senhor está
597 buscando sobre esse detalhamento das ações e sobre essa interpretação de
598 que apresentar as medidas adequadas de destinação, na verdade na fase inicial
599 em que nós estamos aqui apreciando, votando a licença prévia do

600 empreendimento, não é escopo de estudo de impacto ambiental detalhar todas
601 as medidas para a fase de implantação. O estudo de impacto ambiental, ele faz
602 o diagnóstico, analisa todos os impactos, dá as diretrizes para que sejam
603 cumpridas, na etapa seguinte da licença de instalação é que se apresenta
604 através do plano de controle ambiental o detalhamento técnico dessas ações,
605 então essa condicionante ela vem cumprir esse papel de que seja a empresa
606 obrigada a apresentar o detalhamento dessas ações para obter posteriormente a
607 sua licença de instalação. Espero ter esclarecido. E dando seqüência à resposta,
608 o plano diretor contempla sim todo o distrito de Miritituba, incluindo os
609 superpostos e ele vai um pouco, além disso. O plano diretor de Miritituba e toda
610 área de influência desses empreendimentos e a atualização do plano diretor de
611 Itaituba, do município como todo. A abrangência vai até além do foco específico
612 da área portuária, pensando no município na sua amplitude como um todo. **Dra.**
613 **Rosa Keila:** Boa tarde! Eu entendo que a preocupação do conselheiro José
614 Carlos, é com relação muito à questão do impacto ao meio ambiente e como eu
615 sou representante do setor produtivo, eu leio o parecer e me preocupa porque
616 eu acho assim que a sugestão que é o caso que sugere-se ela é muito genérica.
617 Eu cheguei a assistir a apresentação dele na FIEPA, não é Moura! Estivemos lá
618 e eu me lembro que os técnicos do Ministério Público questionaram isso e isso
619 foi pena que ficamos conversando, eu e a Eliana Zacca também como
620 representante do estado na área do setor produtivo, e é um questionamento
621 para nós assim muito importante porque a gente vê que é um investimento de
622 trinta e sete milhões, salvo engano, pelo que eu lembro que eu assisti na
623 exposição dele e mão de obra de sessenta pessoas. Então era uma
624 desproporcionalidade absurda sim, então a preocupação assim para nós do
625 setor produtivo não é nem só a apenas a questão do meio ambiente, é que a
626 gente não seja apenas o corredor, ver passar a riqueza e a gente ficar sem nada
627 porque, salvo engano, nem ICMS a gente vai recolher para o estado. Então
628 quando eu leio assim que: “Considerando que as operações de transporte de
629 carga, descarga e navegação serão majoritariamente no interior da malha
630 hidroviária paraenses, o empreendimento deverá apoiar o desenvolvimento do
631 pólo naval do estado em vista à geração de empregos, sessenta empregos?
632 Internalização de riqueza, geração de tecnologia e inovação e redução das
633 desigualdades regionais”. Pelo o que eu estudei, eu não vou negar que meio que
634 superficialmente, eu li o projeto meio superficialmente eu verifiquei assim, que
635 nós estamos sendo utilizados para escoar a produção que está amontoadá sim
636 no Mato Grosso, então a gente precisa ter esse cuidado para que o estado faça
637 um trabalho sim, integrado, crie um grupo de trabalho para que a gente possa
638 não só transformar Itaituba, mas o estado nesse corredor de riquezas, então a
639 preocupação do setor produtivo é não só dificultar , mas fazer com que isso
640 realmente aconteça para nós, fique algo para nós , não só adquirir e realizar
641 compras de combustíveis e serviços está especificada o que seria esses
642 serviços? Então a preocupação maior é essa, é que o estado do Pará ele
643 participe efetivamente dessa concretização do projeto, e dizer assim que para
644 concluir, eu sei que isso é apenas a licença prévia e por conta da licença tem as
645 condicionantes que pelo que eu entendi são resolutivas, se não se cumprir as
646 condicionantes é óbvio que não vai se prosseguir, não é isso no projeto, mas
647 essas etapas trarão para nós como forma que tenhamos acesso se foram
648 cumpridas ou não, para que nós possamos nos manifestar sobre isso também,
649 então preocupação nossa seria essa. **Dr. Colares:** Eu quero parabenizar a

650 FAEPA, que às vezes fico imaginando se é só o Secretário de meio ambiente
651 que cobra essas coisas, então é muito importante isso, porque a briga da
652 Secretaria de Meio Ambiente é mostrar que o empreendimento sustentável não
653 se resume cumprir a anuência fundiária nem o cumprimento da regra do meio
654 ambiente e da mitigação do meio físico e biótico , o empreendimento
655 sustentável é que contribui com a equidade social , com as transformações e
656 com os indicadores de transformação da sociedade local , e o caso da logística
657 antes de ser interesse da empresa ou interesse do corredor e da exportação
658 nacional ele tem que ser um empreendimento da comunidade local , e isso é
659 muito importante . É por isso que todas as empresas da S/ corredor logístico
660 eles se associaram na associação porque vão exigir de todos, nós temos que
661 comprovar a Internalização do benefício, e a garantia dos impactos a partir do
662 que se possa representar na sociedade local isso é importante, mas é
663 importante também afirmar e ter um discernimento que um silo ou entreposto
664 não vai ter quinhentas mãos de obra não vai ter sessenta, oitenta, mas a
665 questão é a cadeia do negocio que isso possa representar o fato de se sair em
666 principio um corredor de logística desse, só ganha quem vende e quem compra,
667 se a gente não tiver mecanismo de internalizar o beneficio local a gente “vai ver
668 navios”. Mas o importante é que a consolidação do empreendimento dessa
669 natureza com o conjunto deles e a possibilidade de atrair produtos e
670 principalmente commodities, principalmente fertilizante ou grãos vai inclusive
671 fazer uma inversão e uma dinâmica diferenciada no agronegócio paraense e no
672 agronegócio local e reduzir, por exemplo, criar uma fábrica de ração gerar
673 agricultura para a agricultura local de pequenos animais, do criatório de frango,
674 de suínos e barra essa tradição de avanço de fronteira para pecuária e mudar a
675 cara da história do garimpo na região lá, isso vai facilitar a redução de custo de
676 fertilizante, de calcário, da ração é uma implicação muito grande, e o negocio da
677 geração de emprego na atividade do entreposto e na cadeia da construção naval
678 e no frete, no frete de comboio e na manutenção de motores marítimos, e no
679 fornecimento, nos terminais, são nos restaurantes, nos hotéis cria uma cadeia
680 dinâmica, inclusive de Internalização de tecnologias atualizadas. Portanto a
681 gente tem que ver a coisa como um todo, agora é garantir que todas essas
682 preocupações que são postas aqui tanto pelo Ministério Público quanto pala
683 OAB e outras que a gente insiste toda vez colocar. Nós temos que ter essa
684 preocupação. O empreendimento ele tem que internalizar benefícios. Gente é
685 desolador a situação social de Itaituba é desolador. Lá não tem uma rua
686 pavimentada, não atende dois mil atendimentos de água de uma população de
687 cem mil, então como a gente fazer desses empreendimentos uma âncora da
688 transformação social? É essa que tem que ser a preocupação de todos. Agora é
689 um desafio. Volto a lembra sempre que eu sempre coloco para os
690 empreendedores toda reunião que eu tenho lá na prefeitura e junto com os
691 empreendedores. Em mil novecentos e vinte e oito Harry Ford investiu sete
692 milhões e oitocentos mil dólares para um projeto em Forland que era só dois mil
693 hectares para plantar seringueira e que não deu certo, mas tinha casa com
694 jardim, com água clorada, rua pavimentada, cinema, hospital caixa d’água,
695 centro comercial e barracão de baile, e até hoje está lá e nós estamos no século
696 vinte e um discutindo miudeza. Então nós não vamos abrir mão, agora não pode
697 ser só o Secretário de maio ambiente que firme isso. O setor produtivo, o setor
698 empresarial, nós temos que mudar a cara desse estado, são cento e vinte e sete
699 municípios que não tem sua renda per capita a baixo de um salário mínimo.

700 Cento e vinte e sete municípios de cento e quarenta e três. E quem vai ao Oeste
701 do Pará é aquilo, mas também outro lado, nós vamos esbarrar o
702 empreendimento. Nós temos que ter esse equilíbrio, e esses cuidados, nós
703 queremos sim a modernização de uma central de logística integrada, mais que
704 isso, reverta em benefício à sociedade local, isso sem dúvida nenhuma é um
705 compromisso acho que de todo mundo por isso que, volto a afirmar e eu digo
706 sempre para a RIO TURIA e para os outros, nós não vamos liberar o processo
707 aqui se não tiver condicionado. Acho que essa sugestão aqui ao invés de
708 sugestão é uma preocupação do comprometimento da associação, dos
709 empreendedores sair como condicionantes, condicionantes para a instalação,
710 nós já temos dois projetos e esse ponto ele foi abordado, a gente sempre
711 alentava, alentava, mas isso aí como condicionantes para todos os
712 empreendimentos, assinar. A associação assinar o termo de compromisso de
713 investimento para revitalizar a indústria naval no estado do Pará. **Dr. José**
714 **Carlos:** Meu encaminhamento é o seguinte eu concordo colega, nós temos que
715 ter clareza aqui pelo seguinte: Esse é um porto para passar mercadoria
716 produzida em outro local, sem dúvida nenhuma não é um porto para aquilo que
717 todo paraense deseja e coisa desse tipo, então nós temos que entender
718 claramente isso. Existe um grupo de produtores que tem uma logística que pelo
719 Pará é melhor do que por outro lugar, porque se não fosse oferecer essa
720 estratégia logística escolheriam-se outro ninguém está fazendo favor para o
721 Pará, o Pará tem a melhor estratégia para esses produtores de lá, isso é claro
722 para gente. Não adianta dizer que vai ter grandes investimentos, essas coisas
723 todas que não é verdade, vão ter sessenta empregos diretos, o produto já vem
724 produzido e já gerou toda riqueza que tinha que gerar na produção lá fora ele vai
725 sair daqui para exportar e para ser verticalizado também em outro lugar, não é
726 aqui, então a gente tem que ter clareza não adianta vir doar apelo, Outra coisa
727 eu sei todas as histórias de licenciamento, porém, o COEMA à medida que ele
728 votar aqui as outras fases eu não vou ter a oportunidade para fazer a minha
729 manifestação, então por isso eu estou fazendo a minha manifestação agora,
730 porque nas outras fases eu não tenho como fazer, então eu tenho que fazer
731 essa manifestação nesse momento agora. Ai eu concordo seu Secretário se a
732 gente lha para Itaituba a gente vê a desgraça não é. E a oportunidade que a
733 gente tem de chamar a responsabilidade social dos empreendimentos e a velha
734 lógica que é o que: As externalidades dos empreendimentos têm que ser
735 internalizada pelo empreendedor, que é a lógica que a gente está tratando aqui,
736 a gente precisa negociar isso agora, nesse exato momento aqui, é nesse
737 momento que nós estamos aprovando, nós não queremos afugentar o projeto,
738 não queremos que ele saia daqui, ao contrário, queremos que ele venha.
739 Sabemos que o nosso papel neste momento é esse, o papel do estado do Pará,
740 eu estou dizendo, eu sou claro não estou aqui iludido com qualquer cifra
741 possível nem com discursos de investimento e desenvolvimento não tenho essa
742 ilusa aos cinquenta e poucos anos, já fui iludido há algum tempo, mas não tenho
743 mais, então eu sei o que é que está acontecendo, exatamente isso. Então eu
744 preciso que a gente resolva algumas questões, então o problema do plano
745 diretor, por exemplo, re-atualização do plano diretor, tranquilo. Ele se
746 transformará em uma lei municipal que será engavetada porque todas as
747 medidas que você aprovar o município não terá dinheiro para implementar,
748 então tranquilo, assim como tem o plano diretor de lá tem em cinco mil e poucos
749 municípios o de Belém, por exemplo, está na gaveta. Então o plano diretor é

750 uma excelente medida tem que atualizar tranquilo, fica mais fácil até para o
751 empreendedor conhecer as regras, mas nós temos que objetivamente o
752 seguinte: Vamos gerar resíduos sólidos no empreendimento dentro do porto e
753 vamos gerar na parte interessante para o porto que é os caminhões. Se os
754 caminhões não chegarem lá não tem soja para transportar, não tem milho para
755 transportar, não tem algodão para transportar. Então esses caminhões são
756 fundamentais eles fazem parte do processo. Se vocês escolheram outros
757 empreendedores para serem associados de vocês nessa fase, tranquilo, sem
758 problemas, mas para mim no estado do Pará eles são juntos, são juntos, então a
759 ressalva que eu faço é: Primeiro – Aprovar a condicionante da câmara técnica
760 como condicionante não como sugestão, como condicionantes; Segundo – Que
761 em trinta dias o empreendedor apresente aqui para este COEMA o processo do
762 Superposto para a gente avaliar e a destinação final dos resíduos sólidos de
763 dentro do porto quanto do Superposto, além das outras condicionantes que
764 estão sendo colocadas aqui. **Dr. Colares:** Tem algum questionamento com
765 relação à proposição Felipe? Com relação a está propondo trinta dias para
766 apresentar? **Dr. Felipe Lavorato:** Só pra deixar claro nós estamos de pleno
767 acordo a apresentar, só gostaríamos de ampliar um pouco esse prazo de trinta
768 dias porque, vou justificar aos senhores, nós estamos emitindo agora a licença
769 prévia que tem uma validade cerca de três anos e a empresa vai detalhar os
770 seus projetos, inclusive do superposto, para poder apresentar e pleitear sua LI,
771 então eu pediria noventa dias para a gente poder fazer isso que, certamente, o
772 que é que vai acontecer, vou até voltar atrás dos noventa, à próxima reunião do
773 COEMA é dia sete de novembro, a reunião ordinária, nós podemos apresentar
774 se for oportuna na reunião ou em outro espaço, se for oportuna para os
775 senhores a gente faz nessa ocasião. **Dr. Colares:** Só quero que ele tenha
776 clareza do tempo que ele está propondo. **Dr. Felipe Lavorato:** Sim veja só eu ia
777 avançar nisso senhor Secretário. Nessa ocasião nós vamos apresentar a
778 solução dos resíduos sólidos que já existe, como eu falei, já está sendo
779 desenvolvido o projeto, então nós vamos explicitar aqui para o COEMA essa
780 solução, tal como dada, e apresentar o projeto do que se prevê para esses
781 Superpostos e em seguida o prazo do plano diretor que vem tratar disso tudo é
782 de três, ou salvo engano, quatro meses, lá para Dezembro desse ano para ser
783 concluído. Então nessa ocasião inicial nós vamos ter já informações para
784 atender o que está sendo demandada aqui, e por ocasião ainda da conclusão do
785 plano diretor essas informações vão estar bem mais detalhadas. Concordando
786 que em geral os planos diretores estão todos arquivados é que dentro desse
787 conselho de integração de ações de dentro do plano de controle ambiental
788 integrado existe um programa específico voltado à articulação socioambiental e
789 responsabilidade social desses empreendimentos que visa não só desenvolver
790 esse plano diretor, mas atuar ativamente, diretamente com o município para
791 implementação deles, então é isso aí. **Dr. Colares:** Eu só queria chamar a
792 atenção que a sugestão aqui no caso desse termo de compromisso seja para a
793 associação de todos, porque já passaram aqui dois projetos É o terceiro, e que a
794 gente coloque como condicionante, mas faça referência à associação da ATAP,
795 incluir na agenda da ATAP. **Dra Eliana Zacca:** Só para fazer um comentário
796 adicional complementando aí o que se falou em termos dos planos diretores, na
797 realidade, a questão é que todos ficam na gaveta, não é só os planos diretores.
798 É que se perdeu desse país, a capacidade de fazer planejamento para você ter
799 uma boa execução e utilização da aplicação de recursos, esse é que é o fato. E

800 isso passa pela capacidade de gestão do executivo, ou seja, no nível federal,
801 estadual e municipal, e nós sabemos que a nossas prefeituras elas são muito
802 fragilizadas no ponto de vista de capacidade de gestão. Nós temos exemplos ali
803 no Sul do Pará, municípios que recebem significativos royalties, inclusive
804 royalties que são recebidos são bem maiores que o repasse dos fundos das
805 situações do município de Belém e não acontece nada, não muda nada, então o
806 problema esta em nós enquanto gestores e cidadãos que temos que cobrar
807 também, Colares, nós temos falado desde o inicio de processo que devido todo
808 esse fluxo e essa roda isso é inexorável na falta hoje dos portos principais
809 produtos de exportação onde você tem maior economicidade para exportar,
810 então como você tem alguma região bastante extensa que você envolve vários
811 municípios, se tinha discutido aqui no inicio em um desses processos de
812 licenciamento que precisava você tem programa de desenvolvimento integrado
813 dessa sub-região do estado, você tem toda razão quando diz que você vai ter
814 corretivos fertilizantes que propiciarão com certeza alavancar o processo
815 inclusive nos nossos planejamentos lá na SAGRI a gente pensa o oeste do Pará
816 com pólo agroindustrial baseado em pequenos animais de agricultura, solicultura
817 propiciada pela oferta de grãos para fazer ração, mas ai você tem que pensar
818 realmente no processo de que isso não só passe, mas que ele fique e fiscalize, e
819 isso cabe a nós quanto gestores do estado desenvolver esforços para fazer isso.
820 Então eu acho que a gente precisa ter um programa de fortalecimento de gestão
821 municipal sim, para poder diferenciar todo esse processo, e nós precisamos
822 saber como a gente pode realmente pegar isso que por enquanto é o potencial e
823 transformar realmente em uma coisa especifica. **Dr. Colares:** A SEICOM pode
824 dar um depoimento aqui, a SEICOM articulou a implantação de um plano de
825 gestão integrada de território, acho que o David pode conversar sobre isso, ele
826 conta a BR 163 e todos esses projetos por ai. **Dr. Moura:** Só para não perder o
827 ritmo da proposta do conselheiro José Carlos, eu acho necessário se colocar
828 como condicionante as sugestões da câmara técnica sem necessidade de
829 alterar a redação como esta, porque na elaboração do tema de licenciamento se
830 coloca como condicionante. **Dr. Colares:** Só fazendo referencia a associação.
831 **Dr. Moura:** Fazendo referencia a associação, exato! Que retroativamente isso
832 tenha validade para as empresas onde esse item não foi parte da analise. **Dr.**
833 **David Leal:** Esta sendo discutida muito aqui a questão do Pará ser apenas
834 passagem de produtos agrícolas e lembra que foi recentemente lançado o plano
835 agrícola SEICOM, SAGRI com recursos do BIRD também envolvida a
836 Confederação Nacional da agricultura, então esse plano de agricultura ele com
837 certeza abrangera no estudo de potencializar esse escoamento desses produtos
838 agrícolas, não ser apenas escoamento que a gente possa agregar valor a esses
839 produtos agrícolas que passarão aqui no território, e obviamente que esses
840 empreendimentos que estão se instalando aqui eles não poderão responder
841 essa demanda, porque não são terminais portuários de transbordos, então não é
842 com eles que nós temos que tratar, mas esse assunto é um assunto que eu não
843 tenho experiência ainda, até porque é a primeira vez que eu participo de uma
844 reunião do COEMA, mas se tem como a gente amarra se é possível amarra
845 essa questão dos produtos agrícolas que percorrerão aqui o nosso território,
846 volto a repetir que esse plano agrícola ele contemplará um estudo a respeito,
847 mas eu só não sei se teria como amarra isso, já que, repito essas empresas que
848 estão se instalando são empresas para transportar cargas para indústria, não
849 são indústrias, então nós acredito que não são elas que a gente vai colocar

850 condicionante nesse sentido, então eu acho que isso é um próximo passo nosso,
851 já que a gente tem esse estudo que vai ser feito pelo marco logístico, eu acho
852 que a gente pode alcançar essa questão da verticalização dos produtos
853 agrícolas. **Dr. Leal:** Boa tarde a todos, eu gostaria de me apresentar Secretário,
854 porque tem conselheiros novos aqui, eu sou Waterloo Leal e represento a
855 associação dos mineradores de ouro dos tapajós a AMOT, eu tenho primeiro
856 que me posicionar a respeito que foi levantado pelos conselheiros e pela
857 conselheira eu me junto a eles nessa preocupação e até tenho me manifestado
858 ao longo das outras reuniões quando se avaliou as outras licenças previa
859 emitida em outros dois momentos, recentemente nós tivemos uma reunião na
860 câmara técnica agropecuária florestal e tratamos dessa questão da reunião de
861 hoje , como tratamos também da preocupação como nós ficarmos apenas
862 assistindo a passagem da riqueza , isso já foi até levantado pelo Secretário , ela
863 é pertinente ela é verdade se nós não tivermos competência isso fatalmente vai
864 acontecer. A preocupação maior com isso é com o tempo que nós estamos
865 levando para que esse projeto que chame de plano diretor, gestão integrada
866 está precisando acelerar esse processo, porque ha mais de um ano que nós
867 conversamos uma vez na SEICOM quando nós nos reunimos pela primeira vez
868 com esse objetivo e nós continuamos na expectativa de ser apresentado esse
869 plano diretor, quer dizer, essas demandas levantadas aqui pelos conselheiros
870 fatalmente já poderiam está sendo respondidas se nós tivéssemos concluído
871 esse plano diretor e essas demandas, essas questões que são oportunas elas
872 estariam de certo co-contempladas ou acrescentadas, mas eu quero também
873 acrescentar, Doutor Moura, e pedir que seja acrescido a este parecer da câmara
874 o que nós discutimos lá com o Doutor Felipe Lavorato com respeito à questão de
875 Geologia, até que eu falei com o senhor a respeito e tenho certeza que por
876 esquecimento não foi colocado no parecer. O Doutor Lavorato também está
877 convencido da preocupação, essa preocupação ela é uma realidade, aquela
878 área toda ela é sustentada por rochas calcárias a poucos metros de
879 profundidade, ela aflora em vários pontos, inclusive tem empresas que não só
880 fabricam cimento, grandes fábricas de cimento como também que fornecem
881 calcário para agricultura, inclusive todo calcário que vai para o Amapá é daquela
882 região, e nós precisamos urgentemente de um estudo de subsuperfície. Não
883 precisa ser muito profundo, raso, coisa no máximo até cem metros, em que eu a
884 gente possa ter métodos indiretos como também sondagem que permitam a
885 tranqüilidade e nos tire a responsabilidade num futuro próximo de sermos
886 chamados de incompetentes. Há duas semanas, todos nós acompanhamos pela
887 mídia que na Flórida um Motel foi engolido, vamos chamar assim, exatamente
888 porque o substrato daquela região é de calcário o que facilita a formação de
889 cavernas, de grutas, de vazios, e quando você coloca o que se imagina, por
890 exemplo, duas mil carretas dia, cada carreta, não sei, mas parece que é trinta e
891 cinco, quarenta toneladas e mais toda uma infraestrutura de armazenamento, de
892 movimentação e de silos fatalmente nós vamos quebrar o equilíbrio que a
893 natureza criou ali e com absoluta certeza, eu já visitei ali, quase uma dezena de
894 cavernas, de grutas e que por certo nós teremos alguns vazios ali naquela
895 região e que só pode ser feito Doutor Lavorato, pela ATAP, por esse projeto
896 integrado, porque não é só a área da CIANPORT aonde vai ser criado este porto
897 é que será uma área exposta a esse perigo, essa catástrofe. É toda aquela
898 região em que vai ser a movimentação das carretas e de pessoal enfim, esse
899 acúmulo de movimento e de peso, inclusive de pessoal que vai acontecer. Nós

900 podemos nos reportar que em Itaituba aonde nós vivemos há alguns anos e eu
901 fui Secretário de meio ambiente naquela região e nós tivemos problemas dessa
902 ordem dentro da cidade de Itaituba. Então eu gostaria que fosse colocado como
903 condicionante esse estudo e se o Doutor Lavorato puder também responder por
904 esse estudo dentro de um espaço de noventa dias, eu não sei se é possível,
905 Doutor Lavorato é quem pode nos dizer, mas que seja colocado como
906 condicionante esse estudo regional, não é o estudo onde a CIANPORT está se
907 estabelecendo, é aonde a ATAP vai movimentar inclusive esses superpostos,
908 porque aquela região toda ela tem um substrato de rochas calcárias. Então eu
909 gostaria muito que isso seja acrescido num parecer do Doutor Moura. **Dr. José**
910 **Carlos:** É porque aqui no parecer técnico tem um trecho que diz assim: “Cabe
911 aqui ressaltar ainda que existem dois processos em curso do Departamento
912 Nacional de Política Mineral, do DNPM, de produção mineral – Neste momento o
913 Doutor Jose Carlos de Lima está retificando o significado do DNPM que é
914 “Produção” e não Política Mineral – Interceptam a diretamente afetada, o
915 empreendimento, ai tem o número do empreendimento da HMK de Almeida de
916 produção de ouro e um outro empreendimento da INTERCEMENT Brasil que é
917 de calcário, então diz aqui o parecer o seguinte: que isso não é impeditivo para
918 se dar a licença, mas que é preciso na fase seguinte o CONJUR, o jurídico
919 avaliar, as avaliações porque o empreendimento vai ter que indenizar essas
920 empresas que estão nessa região, então pensei que esse conflito aqui entre a
921 pesquisa mineral e o empreendimento eu pensei que já havia sido pacificado
922 com a sua manifestação. **Dr. Leal:** Olha eu costumo ser muito sincero, eu não
923 tinha dado a atenção devida a essa questão, mas me surpreende a questão do
924 ouro, tem um empreendimento de ouro naquela região. A questão do calcário
925 não porque existe já a fábrica de cimento do Grupo João Santos, a CIMPASA e
926 existe empresas menores de fornecimento de calcários que estão em atividades
927 e não vejo incompatibilidade nesta questão, mas é interessante de qualquer
928 maneira a gente destacar essa preocupação do conselheiro à medida que
929 aquela área ela é toda quase onerada, tem muitos pedidos de pesquisas
930 onerando aquela área ali. Obviamente o DNPM deve no momento em que for ou
931 não liberar, após a questão ambiental solucionada, avaliar essa questão da
932 incompatibilidade. Esses que estão lá conselheiro, até o momento eu na vejo
933 incompatibilidade. **Dr. Felipe Lavorato:** Só responder a colocação do
934 conselheiro Leal. Nós já debatemos bastante sobre esse tema na última reunião,
935 a necessidade de estudos geotécnicos aprofundados, é fato que os estudos
936 Geotécnicos desenvolvidos numa profundidade média da ordem de cinquenta
937 metros na área desses terminais não apontaram interferências com cavidades
938 naturais na área, mas é fato também que é uma preocupação relevante em
939 função da geologia local que apresenta lentes de calcário ao longo dessas
940 áreas, então estamos de acordo com o desenvolvimento dos estudos nós
941 detalhamos o escopo e a forma de se desenvolver, e com relação ao prazo eu
942 gostaria que fosse condicionado o pedido de LI para que a gente possa detalhar
943 essas informações ai, se o senhor concordar, que é um estudo mais amplo. **Dr.**
944 **Leal:** A questão do prazo eu acho que ela precisa muito bem amarrada para que
945 o projeto não possa avançar, e quando me preocupa que já existi a RIO TURIA
946 já fazendo terraplenagem e já construindo, já começa a quebrar o equilíbrio da
947 fiscal, e essa questão que o senhor levantou Doutor Lavorato foi até motivo da
948 nossa discussão e eu queria aproveitar Secretário para dizer que foi a melhor
949 prévia que nós tivemos realmente foi aquela previa da CIANPORT foi

950 extremamente participativa, útil e levantou uma série de questões inclusive
951 algumas questões que o Ministério Público que o conselheiro levantou, elas
952 foram discutidas com menos intensidade foram abordada naquela previa o que
953 nós gostaríamos que isso se tornasse um praxe, realmente nós temos um
954 momento como aquele em que tivemos um comparecimento de sete
955 conselheiros e os conselheiros todos imbuídos e comprometidos com a
956 discussão, mas eu quero aproveitar a oportunidade e dizer que o estudo que eu
957 represento aqui conselheiros o conselho regional de engenharia e agronomia do
958 estado do Pará , eu sou conselheiro e coordenador da comissão de meio
959 ambiente e recursos hídricos o CREA , e sempre temos tentado trazer para cá a
960 questão da responsabilidade técnica que é o outro ponto importantíssimo e que
961 em regra geral nós não estamos dando a atenção que merece, no caso
962 específico da CIANPORT eles e nós já tivemos cuidado de tratar várias vezes
963 com o Doutor Lavorato , nós estamos praticamente todos quase cem por cento ,
964 não estamos cem por cento porque o Doutor Lavorato ainda não conseguiu o
965 visto dos profissionais para trabalhar no Pará , pelo menos estejam nesse vazio
966 aqui e eu gostaria de colocar como condicionante que esses profissionais que
967 prestaram serviços no estado do Pará que tivesse um visto de atuação no
968 estado ,enquanto isso ai eu quero dizer para o Doutor Lavorato e para todos
969 que isso não é resolução do CREA que isso não é invenção do CONFEIA , isso
970 é lei federal e como lei eu acho que ninguém aqui faz Apologia a desobediência
971 civil, então a gente vai ter que cumprir com esta observação e para isso nós
972 precisamos colocar também Doutor Moura, porque quando nós nos reunirmos
973 na câmara fique certo que vai sair como condicionante essa exigência da
974 responsabilidade técnica porque depois de acontecer por exemplo um
975 afundamento de um silo com mortes de pessoas nós precisamos ter a quem
976 responsabilizar e nos casos que nós temos tivemos algum tempo atrás nós
977 ficamos a dever essa possibilidade.**Dr. Felipe Lavorato:** Só para afirmar um
978 compromisso com o Leal embora exista ai sim uma divergência sobre questão
979 de visto para efeito de estudo, projeto etc. Nós não vamos entrar nesse mérito
980 cem por cento da ARTs da equipe técnica da AMBIENTARE do estudo
981 referentes ao CREA, que foram emitidas no CREA/PA estão todas apenas ao
982 processo e aqui na minha mão para disponibilizar pessoalmente para o senhor
983 **Dr. Leal:** Mas eu não questionei as ARTs, eu questionei os vistos. **Dr. Felipe**
984 **Lavorato:** Não, todos os vistos, para emitir a ART é preciso ter visto no estado
985 do Pará. **Dr. Leal:** Como você levantou uma questão eu faço questão de
986 esclarecer, a questão da dúvida do visto é se a pessoa elaborou o projeto ou se
987 ele foi na área para poder fazer o projeto, que no caso dele, ele levou os
988 profissionais à área porque se não eu não concordaria com o que está escrito
989 aqui.**Dr. Felipe Lavorato:** Perfeitamente, então cem por cento da ARTs e vistos
990 estão regularizados, muito obrigado Doutor.**Dr. Colares:** Então esclarecidos
991 todos os pontos eu queria colocar a votação da Câmara Técnica favorável ao
992 empreendimento condicionado aos pontos já postos aqui. Em primeiro lugar a
993 condicionante pra que a ATAP faça um estudo substrato de rocha nas áreas de
994 implantação não só da implantação da CIANPORT, mas em toda área, em todo
995 do sítio onde será assentado os projetos dos membros da ATAP lá em Miritituba.
996 **Dr. Moura:** Eu queria colocar um ponto seguinte aqui, nós vamos colocar no
997 licenciamento de uma empresa uma condicionante de funcionamento de uma
998 associação. Porque se nós estamos já desligando a empresa das atividades da
999 associação da ATAP, mas eu não posso dizer nesse parecer, eu acho que a

1000 Secretaria de Meio Ambiente tem o poder de exigir por escrito da ATAP que
1001 faça. **Dr. Colares:** A gente faz referência assim como a gente está fazendo
1002 referência aqui com relação à ATAP para àquele conjunto, a gente pode fazer
1003 referência a empresa e fazer referência aos demais empreendimentos da ATAP.
1004 Aqui a gente faz referência ao empreendimento e à ATAP mediante a ATAP e
1005 com sugestão que isso se rebaixe para os demais empreendimentos já
1006 aprovados pelo COEMA. **Dr. Moura:** Eu acho fundamental este procedimento
1007 porque eu acredito que como nós colocamos aqui a ATAP nós colocamos em
1008 função de uma programação que a ATAP já tem de mitigação dos problemas
1009 sociais, econômicos na área. Os problemas técnicos eu não vi nas atribuições
1010 da ATAP, então se mantém isso nós temo que exigir da ATAP que coloque nas
1011 suas atribuições o desenvolvimento desses trabalhos técnicos. **Dr. Felipe**
1012 **Lavorato:** Esses trabalhos técnicos fazem parte do escopo do Plano de Controle
1013 Ambiental Integrado, então nós estamos de acordo com essa condicionante
1014 através do Plano de Controle Ambiental Integrado e sugerimos ao COEMA e a
1015 SEMA no caso, que tem a prerrogativa de alterar e aditivar as condicionantes
1016 dos demais empreendimentos, à medida que definido o texto da CIANPORT que
1017 essas condicionantes ultrapassem também para as demais licenças já emitidas.
1018 . **Dr. Colares:** Nós vamos fazer a devida adequação aqui e na próxima reunião
1019 que a gente tiver a gente faz a leitura da condicionante devido, vamos tratar isso,
1020 o importante é que fica ajustasse a condicionante com relação ao estudo
1021 substrato, com relação à infraestrutura preventiva dos atrativos e com relação ao
1022 compromisso de se integrar a fornecedores e a Indústria Naval do Estado. O
1023 Superposto, tu tinhas dado uma sugestão? **Dr. Felipe Lavorato:** Noventa dias
1024 para a apresentação do projeto e sendo oportuna, na próxima reunião a gente já
1025 faz uma exploração aqui para todos vocês. **Dr. Colares:** Então coloco em
1026 votação. Quem ficar sentado, sentado fica. Aprovado, portanto por unanimidade
1027 com todas essas condicionantes. Bom pessoal como nós sempre fizemos a
1028 gente quis aproveitar a oportunidade de também fazer uma exposição prévia do
1029 projeto VOTORANTIM e a ideia era após essa exposição, após a apreciação da
1030 CIANPORT, fazer uma apresentação do projeto VOTORANTIM e passar as
1031 informações para que amadurecesse e se for necessário, após a apresentação
1032 marcar outra reunião, eu acho que a empresa fica a disposição dos conselheiros
1033 numa outra oportunidade, detalharem melhor os projetos aqui, mas acho que
1034 seria importante em quinze minutos fazer uma exposição geral dos projetos. Eu
1035 quero sempre firmar também à VOTORANTIM essa mesma articulação que a
1036 gente tem feito com relação à prefeitura, a gente tem feito com a VOTORANTIM,
1037 a gente tem uma agenda mínima com relação à infraestrutura atrativa preventiva
1038 com relação à força atrativa do projeto na região, então eles vão apresentar isso
1039 também aqui. (Neste momento se dá o início da apresentação do projeto da
1040 VOTORANTIM). Neste (momento se dá por encerrada a apresentação do
1041 projeto da VOTORANTIM). **Dr. Colares:** Bom eu sei que a apresentação da
1042 VOTORANTIM ficou meio estrangulada, prejudicada, se houver interesse dos
1043 conselheiros a gente pode marcar também outra data até para se discutir
1044 melhor, com mais detalhamento, levantar maiores questões, mais aprofundadas
1045 sobre o projeto, mas de qualquer maneira o fato de já ter essa apresentação
1046 inicial pode ajudar muito a gente fazer uma apresentação prévia mais detalhada,
1047 se for o caso de interesse dos conselheiros. Como a gente sempre faz, eu acho
1048 que é interessante a gente marcar. Nós estamos prevendo, fizemos um acordo
1049 aqui com o Moura para o dia dezessete fazer a apresentação da BELO SUN.

1050 Então desde já convido todos os conselheiros para a gente fazer a apresentação
1051 prévia do projeto BELO SUN lá na FIEPA. Mais precisamente em que sala
1052 Moura? **Dr. Moura:** Depende. Quando for feita a consulta oficial se vê quantas
1053 pessoas estão se esperando e aí coloca o auditório conforme a, nós temos
1054 auditórios desde cem até quatrocentas pessoas. **Dr. Colares** Está bem, a gente
1055 vai fazer então essa proposição ao BELO SUN para o dia dezessete, porque a
1056 data que tem agenda na FIEPA e aí é um tempo necessário para todo mundo se
1057 organizar e organizar sua agenda para participar da exposição do projeto. E aqui
1058 eu acho que a VOTORANTIM, se for o caso, a gente pode apresentar em
1059 seguida não? Eu digo em seguida dia dezessete, dia dezoito. Pode ser? E aí a
1060 gente já faz uma apresentação mais detalhada do projeto dia dezessete! Pode
1061 ser? Então a gente vai emitir a consulta para encaminhar a todos os
1062 conselheiros esse convite, dezessete e dezoito. A gente faz dia dezessete BELO
1063 SUN, dezoito a gente faz VOTORANTIM! Tudo bem? Nós teríamos mais uma
1064 agenda aqui de pauta que era discutir a proposta de alteração da resolução, mas
1065 como o tempo está muito também archoado e muitos dos conselheiros sequer
1066 leram, tiveram a oportunidade de discutir na RO a proposta de alteração da
1067 resolução que define o porte das tipologias e enquadramento, a gente está
1068 propondo algumas alterações, então a gente deixa para a próxima oportunidade
1069 e já que todos têm em mãos essa proposta, já foi entregue aos conselheiros e
1070 na próxima reunião a gente leva esse ponto como discussão. Eu quero também
1071 colocar em discussão para os senhores, nós vamos colocar no site da SEMA,
1072 uma minuta, uma proposta de alteração do porte da resolução zero setenta e
1073 nove referente ao porte de impacto local de autonomia dos municípios. Isso para
1074 nós é muito oportuno, que a gente faça essa revisão porque é aquilo que eu falei
1075 para vocês, a lei setenta e três setenta e nove, mesma a resolução zero setenta
1076 e nove, e a tem trazido muitos problemas para nós, porque há muita incoerência
1077 nessa proposição, o exemplo que eu falei aqui para vocês. O porte para o
1078 município licenciar, por exemplo, Shopping, é apenas dezoito mil metros
1079 quadrados, dá um hectare, um ponto oito de hectares. Então imagina tudo
1080 acumular aqui na SEMA; Conjunto habitacional, é um hectare de conjunto
1081 habitacional; loteamento, dois hectares; cemitério, um hectare; posto de
1082 gasolina, noventa mil litros. Gente é duro ter que licenciar um posto de gasolina
1083 lá de Novo Progresso, um conjunto habitacional lá de Conceição do Araguaia e
1084 até limite com relação a licenciamento rural até duzentos hectares; limite com
1085 relação à piscicultura, isso trás um entrave extraordinário pra gente. Não tem
1086 como ou a gente modifica, ou continua essa concentração de gestão e a
1087 resposta da SEMA, além, evidentemente da reestruturação do projeto que a
1088 gente está fazendo e também da desconcentração, sem a descentralização nós
1089 não vamos dar um jeito na gestão ambiental dos estado. Para isso a ideia é a
1090 gente colocar no site da SEMA, a minuta, para que todos tenham, amadureçam
1091 isso, de maneira que a gente tenha um prazo de avaliação e aprovação dessas
1092 alterações. Em seguida tem um pedido feito aqui pela OAB e pelo Ministério
1093 Público relacionado à S11D que é a aprovação da licença prévia e licença de
1094 instalação já feita pelo IBAMA no início e já houve uma preocupação pelo
1095 Ministério Público de Canaã, a promotora está presente, já teve uma reunião
1096 comigo a respeito, no final de Junho e eu me comprometi com ela da gente
1097 conversar com o IBAMA e puxar uma reunião pra cá e por diversos motivos isso
1098 ainda não aconteceu, mas já falei com o presidente do IBAMA, ele está disposto
1099 a vir para cá, ou ir lá ou vir para cá, onde fosse melhor organizar essa agenda de

1100 chamar o IBAMA aqui e discutir tal como está se propondo com relação às
1101 condicionantes da Hidrelétrica de Belo Monte, a gente discutir as bases e as
1102 condições desse licenciamento e dessas condicionantes e da forma como o
1103 estado e a sociedade local se inserem nesse projeto. Então essa discussão foi
1104 proposta aqui, de qualquer maneira eu até tinha falado para o conselheiro Nilton
1105 e José Carlos para a gente ter uma reunião à parte para organizar melhor isso,
1106 eles concordaram, mas fizeram questão de fazer uma referência sobre essa
1107 proposição por isso passo a palavra para o Nilton e para o José Carlos para a
1108 gente fazer uma reunião a parte para organizar melhor isso, eles concordaram,
1109 mas fizeram questão de fazer uma referencia sobre essa proposição, por isso eu
1110 passo a palavra para o Nilton ou José Carlos. **Dr. José Carlos:** A OAB, Ordem
1111 dos Advogados, discute no seu conselho e ingressa a afirmação de
1112 inconstitucionalidade contra a lei complementar cento e quarenta, na visão da
1113 OAB, a lei complementa cento e quarenta ela é inconstitucional à medida que
1114 não fez o que determinava o constituinte no artigo vinte e três que era criar os
1115 mecanismos de cooperação entre os entes federados no processo de
1116 licenciamento. É exatamente isso o que ela deveria fazer quando o constituinte
1117 derivado foi instigado pelo constituinte originário na questão do artigo vinte e
1118 três, então ele teria que fazer um mecanismo de cooperação e não fazendo isso,
1119 o que é que eles fizeram, além de não fazer, eles excluíram o ente federado
1120 estado que já vem sofrendo situações gravíssimas pelo processo da
1121 constituição, porque à medida que o município realmente federado o estado
1122 ficou ruim em algumas questões, então o que é que ele fez, ele realmente criou
1123 questões gravíssimas para a situação do estado. No caso do Pará, por exemplo,
1124 se nós formos atender a lei complementar cento e quarenta, nós temos o
1125 seguinte: Ela diz lá, "É competência da União: áreas com licenciamento em
1126 áreas de unidades de conservação ou áreas de influência da unidade de
1127 conservação, então isso vai levar trinta por cento de tudo que tem no nosso
1128 território por ai acima. Todas as áreas de conservação Federal aqui atraem para
1129 a competência da União, área de amortecimento, então você tem ai um tamanho
1130 muito maior ainda em gerência da União no nosso território. Terras indígenas, as
1131 terras indígenas nós temos uma confusão jurídica fantástica, por quê? porque
1132 terra indígena ela não é feita com sentido ambiental, ela é feita com sentido
1133 cultural, étnico, protege etnia, mas uma portaria interministerial resolveu que
1134 também terras indígenas têm áreas de amortecimento num raio de dez
1135 quilômetros para cada lado. Então se nós colocarmos só essas duas situações
1136 que a lei complementar colocou nós temos setenta por cento do território do
1137 estado do Pará sobre a competência da União para licenciar, o que é um
1138 absurdo, que não foi isso que a constituinte disse, a constituinte não quis dizer
1139 isso, se ele diz que lá deveria, que é competência material comum, e se ela é
1140 comum é de todos os entes da federação e de forma cooperada, então ele não
1141 mandou fazer isso, então a OAB estuda a possibilidade de questionar a lei
1142 complementar nesta direção e convida o estado do Pará para fazer isso juntos.
1143 correto! Na esfera do que nós estamos debatendo, estamos discutindo, ai
1144 aparece o licenciamento do S11D, ora, o S11D é um projeto lá de Serra Sul, ele
1145 é completamente localizado no município de Canaã de Carajás, ai vem a
1146 história, mas está uma parte dele afetada pela área da floresta Nacional de
1147 Carajás e da área de amortecimento da floresta Nacional de Carajás,
1148 correto? Por conta disso então o licenciamento está saindo a ser Federal. Muito
1149 bem, nós não queremos excluir a União desse licenciamento, acho que é

1150 importante ela participar, agora ela não pode excluir o estado do Pará, não pode
1151 de forma nenhuma afetar o estado do Pará desse processo. É um projeto de
1152 dezenove bilhões de investimento, ele propõe o sistema do S11D que é correia,
1153 não vai usar aquela quantidade de caminhão que usava tradicionalmente porque
1154 o minério vem da mina para o processador através de correias, de grandes
1155 correias, então vai diminuir o contingente de pessoal nesse processo, a
1156 velocidade com que eles vão explorar o ferro é muito maior, tanto é que eles vão
1157 produzir noventa milhões de toneladas de ferro ano em vinte e dois anos, me
1158 lembro que quando iniciou o Carajás falaram em trezentos e cinquenta anos e
1159 agora é vinte e dois anos, e a Vale do Rio Doce vai conseguir colocar com essa
1160 tecnologia, todo esse ferro lá no Porto da Madeira entregando na mão do
1161 comprador a vinte e três dólares a tonelada e vai vender no preço de hoje à
1162 cento e quatorze dólares. Então nós estamos falando aqui em investimento de
1163 dezenove bilhões de dólares, mas de um lucro fantástico que a Companhia Vale
1164 do Rio Doce vai ter com esse empreendimento, ai veja bem, qual é a
1165 compensação que nós temos na licença que foi expedida pelo IBAMA quarenta
1166 e oito milhões para cuidar dos impactos sobre a floresta do Parque Nacional de
1167 Carajás que já é obrigação da Vale desde muito antes, então ela passou para
1168 dentro do licenciamento aquilo que já é obrigação dela e o IBAMA junto com o
1169 Instituto Chico Mendes se completaram com o licenciamento, então quarenta e
1170 oito bilhões vai passar para ele, parte disso vai ser sustentado os técnicos do
1171 IMBIL lá dentro da Floresta Nacional de Carajás e ai o IBAMA deu sessenta
1172 dias de prazo para eles rerepresentarem um projeto socioeconômico de impacto
1173 socioeconômico que se resume a duas coisas: A casa do migrante e o programa
1174 de treinamento de mão de obra, só isso que tem lá, então é pra ele, pra ele e pra
1175 ele. Então nós estamos falando aqui de um projeto de dezenove bilhões. Então
1176 se o estado do Pará através de nossas instituições, da sociedade civil, das
1177 nossas instituições governamentais se conforma com isso, tudo bem! Mas eu
1178 creio que a história não vai nos perdoar se a gente se conformar com isso.
1179 Então, eu acredito que essa Secretaria, esse conselho estadual de meio
1180 ambiente em parceira, nós deveríamos sentar aqui com a Procuradoria Geral do
1181 Estado, acho que a Procuradoria Geral do Estado tem que ser convidada para
1182 essa reunião para nós estudarmos a possibilidade legal de que, não é excluir a
1183 União, eu não quero excluir a União, eu quero que a União continue
1184 participando, mas o estado não pode ser excluído, o município de Canaã dos
1185 Carajás através do ente Federal do município de Canaã dos Carajás não pode
1186 ser excluído disso. Então essa é a proposição que eu faço que a gente faça uma
1187 sessão do conselho, uma sessão extraordinária do conselho com a presença
1188 das autoridades do estado que são importantes, principalmente a Procuradoria
1189 Geral, a Secretaria do Doutor David Leal que está aqui e estuda o
1190 desenvolvimento do nosso estado e é importante que esteja presente aqui como
1191 ator deste processo, Conselho Estadual, Secretaria, a Prefeitura de Canaã de
1192 Carajás, o Ministério Público que está aqui e a Procuradoria Geral. Vamos nos
1193 unir e pensar em uma maneira, não de extorquir a Vale, não de parar o projeto
1194 da Vale, não de chantagear a Vale que não é esse o meu objetivo, mas eu acho
1195 que é muito pouco você ter um projeto de exploração com essa lucratividade
1196 fantástica, e eu mostrei aqui para o conselheiro Leal o Projeto Básico Ambiental,
1197 toas as ARTs que estão lá, todas, todas as taxas são pagas para o CREA de
1198 Minas Gerais, todas, não tem uma que seja paga aqui, todas. Eu tenho lá todas as
1199 taxas com os números do DARF de todinho, todas pagas ao CREA de Minas

1200 Gerais. Então é nesse sentido que a gente conversou, nós e o Ministério Público
1201 e eu passo a palavra ao Doutor Nilton para que ele possa também fazer a
1202 manifestação de sua instituição. **Dr. Nilton Gurjão:** Bom a gente corrobora com
1203 tudo o que o Zé falou e eu queria só conceder a palavra do Ministério Público
1204 para a Promotora de Canaã de Carajás, a Doutora Cristina, que mora lá em
1205 Carajás e vai dizer o que é que está acontecendo efetivamente no local do
1206 aspecto socioeconômico. **Dra. Crystina Morikawa:** Boa tarde! Canaã está
1207 vivendo um “boom” populacional que a gente está vendo gente chegando, um
1208 exército de homens, famílias chegando de todos os cantos com a facilidade,
1209 Canaã é longe, mas tem um acesso muito mais fácil do que outras localidades.
1210 Então você chega a Canaã de carro, de trem, o pessoal pega trem lá no
1211 Maranhão e vai parar lá em Parauapebas e baixa para Canaã, então a gente
1212 está tendo confusão em frente ao SINE que é o local de entrega de currículos,
1213 com filas imensas formando congestionamento, diariamente a gente tem quedas
1214 o dia inteiro no fornecimento de energia, a gente não consegue trabalhar, o ar
1215 condicionado na minha sala não funciona, eu passo o dia inteiro no calor por
1216 conta do contingente, do aumento do consumo e a incapacidade de suprimento
1217 pela Rede Celpa em decorrência da chegada dessa quantidade toda de gente. O
1218 hospital, a rede de saúde básica, o hospital não tem condições de atender todo
1219 esse pessoal, então eu atendo pessoas que chegam: “Doutora não estão
1220 fazendo operação de apendicite no hospital”, então toda essa gama de pessoas
1221 chegando, eles chegam realmente sem qualquer colocação e vão buscar
1222 colocação e eles exigem, eles precisam de uma resposta não só do município
1223 como do estado e o estado não está preparado para receber esse pessoal todo
1224 porque é uma chegada diária muito grande, é um aumento que não é um
1225 aumento natural. Não é você planejar, digamos um aumento gradual em
1226 decorrência do crescimento natural humano da população, está chegando gente
1227 já formada, famílias já formadas, então é muito grande, daqui a pouco, sem
1228 contar nas questões que você vê algumas famílias influenciando que meninas de
1229 quatorze, quinze, até de dez, onze anos comecem a morar com homens mais
1230 velhos para serem sustentadas por eles, então daqui a pouco eu tenho uma
1231 população que de quinze anos, um número de gestação de adolescente é
1232 enorme, e crianças, uma geração de crianças muitas vezes sem pai porque os
1233 homens que engravidam essas meninas não assumem. Então isso são todas
1234 conseqüências sociais de um projeto que a gente precisa discutir, que a gente
1235 precisa saber como é que a gente vai lidar com tudo isso, como é que o estado
1236 vai começar a lidar com tudo isso. Então eu já falei com o Doutor Colares eu já
1237 vim aqui já declinei todas as minhas preocupações, já cheguei a falar com o
1238 Procurador da República também Federal ele se propôs também a se reunir com
1239 a gente para sentar juntamente com o Presidente do IBAMA para a gente tentar
1240 ver realmente, amarrar essas condicionantes sociais que a licença de instalação
1241 hoje não é fechada, não é objetiva, não é clara. Boa tarde!**Dr. Davi Leal:** Eu
1242 acho a ideia oportuna, nós já temos algum material que a gente pode contribuir a
1243 SEICOM, e estamos dispostos a colaborar, em ajudar nessa discussão, eu e o
1244 Secretário Colares já conversamos bastante sobre esse assunto, ele tem
1245 consciência desse tema, então acho que vou juntando aí PGE, Ministério
1246 Público, Governo do estado, SEMA, SEICOM, para que a gente possa realmente
1247 discutir e encontrar aí encontrar um modelo ideal para o licenciamento do S11D.
1248 Realmente é um projeto gigantesco é o maior projeto de mineração do mundo e
1249 o que nós vemos nesse licenciamento ambiental do IBAMA é que quase não se

1250 fala nada em questão de condicionante socioeconômico, só dos itens que são
1251 esses aí que ele falou,são dezoito itens só sobre meio ambiente, então
1252 realmente é uma lacuna e eu acho que o estado agora ele tem, a sociedade
1253 paraense precisa realmente discutir e encontrar uma maneira da gente contribuir
1254 melhor para o estado do Pará. Muito oportuno. **Dr. Colares:** Então nós ficamos
1255 no compromisso de fazer essa agenda tanto com relação ao S11D como com
1256 relação ao Belo Monte e aí a participação do Secretário de Energia, eu acho que
1257 isso vale à pena, e a gente vai agendar essa reunião, as duas reuniões
1258 extraordinárias para bordar esse tema e daí, acho que tirar uma estratégia,
1259 porque a gente precisa primeiro ouvir, saber o que é que se tem de lá para
1260 depois a gente ter uma estratégia de intervenção. Eu acho que antes da gente
1261 ter uma condição a gente, se for necessário acho que em primeiro lugar a gente
1262 tem que chamar o IBAMA, porque não adianta chamar a Vale, porque a Vale
1263 está ou a Gestor não está respeitando a condicionante, está considerando
1264 condicionante, foi posto, depois com essa avaliação do IBAMA, se possível
1265 também chamar a Vale para tratar a coisa de forma transparente, agora
1266 evidentemente a gente têm elementos necessários para montar uma estratégia
1267 conjunta. Não há nenhum problema de nós incorporamos essa esfera ativa de
1268 uma ação judicial junto com vocês. **Dra. Lúcia Porpino:** Gente é sobre essa
1269 nossa proposta de alteração efetuada na tabela de enquadramento das nossas
1270 atividades para efeito de cobrança de taxas, então é muito importante porque
1271 nós fizemos várias alterações nessa tabela, que ela hoje está dividida em três
1272 resoluções do COEMA que é a oitenta e cinco, a oitenta e oito e a noventa e
1273 sete, e nós consolidamos em uma só planilha em uma só tabela e fizemos as
1274 alterações, muitas delas foram excluídas, outras alteradas realmente e outras
1275 adequadas até pela própria legislação vigente. Então isso é importante para a
1276 gente aprovar até para efeito de facilidade do nosso trabalho. Eu não sei, nós
1277 tínhamos aqui colocado que fosse era a aprovada Ad Referendum do Secretário,
1278 mas infelizmente não deu para concluir a nossa tabela e ele findou não
1279 aprovado, é um poder enorme. **Dr. Colares:** Não eu também acho que deve se
1280 submeter ao COEMA, se o COEMA me autorizar aprovando o Ad
1281 Referendum facilita! Se for o caso do COEMA aprovar, ótimo!**Dra. Lúcia**
1282 **Porpino:** Porque já teve alguma reunião do COEMA em que os próprios
1283 conselheiros eles colocaram essa abertura para que se fizesse na urgência o
1284 Presidente poderia aprovar Ad Referendum depois a gente levava ao Plenário
1285 para aprovar, como nós já fizemos de várias outras vezes. Eu gostaria que
1286 vocês se manifestassem com relação a isto, por favor! Isso é um documento
1287 importante, uma ferramenta de trabalho nossa, que é o enquadramento das
1288 atividades, e como tem várias atividades que foram incluídas, que são passíveis
1289 de licenciamento e que a gente não tem na nossa tabela, não está aprovada
1290 ainda pelo conselho, fica difícil até de licenciar, então é por isso, e como não tem
1291 nenhuma matéria grande da gente se discutir que essa planilha aqui, nós
1292 fizemos, até mandamos uma inteira para vocês, mas depois até para facilitar,
1293 visualizar melhor, nós extraímos, colocamos só o que foi alterado e o que foi
1294 excluído e a justificativa de todas elas. **Dr. Moura:** Tem uma questão, as três
1295 resoluções que deram origem a esta tabela aqui, elas foram todas discutidas
1296 aqui e aprovadas aqui no COEMA, o que nós não tivemos tempo de ver é se é
1297 uma consolidação. **Dra. Lúcia Porpino:** Não, além da consolidação houve
1298 alterações e inclusões. **Dr. Moura:** Pois é, aí é que a gente precisa de um prazo,
1299 de um prazo para poder verificar isso. **Dr. Leal:** Eu queria fazer uma sugestão. A

1300 gente tem que compreender as dificuldades e eu até vou fazer uma observação
1301 não só da SEMA, mas principalmente dos empreendedores que ficam
1302 aguardando as soluções aqui da SEMA, eu acho que é o mais importante. A
1303 gente poderia dar o Ad referendum ao Presidente e depois a gente se tiver
1304 alguma questão que precise ser refeita, a gente faz depois. **Dr. Colares:**
1305 Aprovado o Ad referendum Obrigado pela confiança! Eu encerro muito obrigado.